

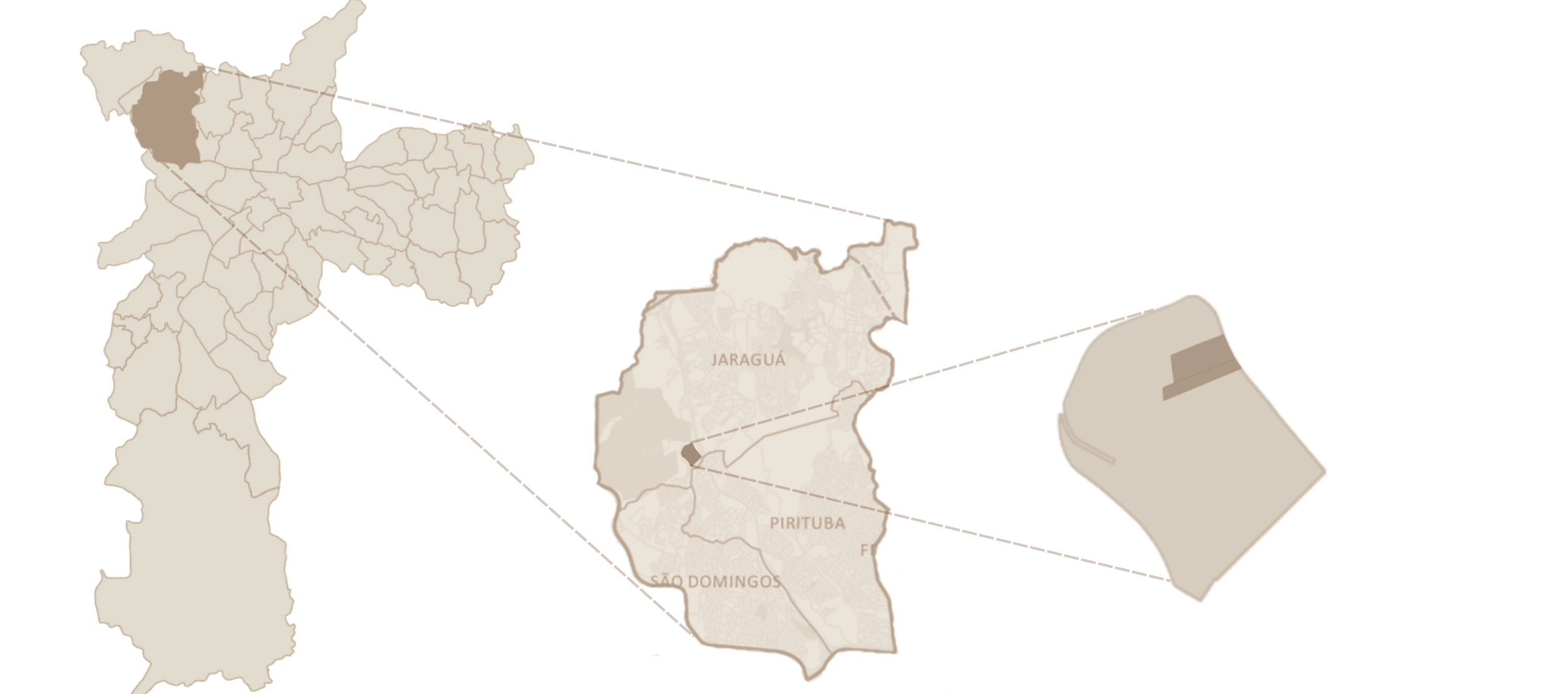
INTRODUÇÃO_

Em um contexto marcado pela intensificação das mudanças climáticas e pelo avanço do desmatamento, os povos originários desempenham um papel essencial na preservação ambiental e na salvaguarda dos biomas brasileiros. Seus territórios abrigam vastas áreas de conservação da biodiversidade, além de reunirem saberes ancestrais fundamentais para a manutenção do equilíbrio entre a sociedade e a natureza.

Um estudo publicado em 2020 pela revista "Proceedings of the National Academy of Sciences" apontou que, entre 1982 e 2016, os terras indígenas demarcadas na Amazônia apresentaram uma redução média de 66% no desmatamento em comparação às áreas não protegidas, evidenciando a importância da regularização territorial no combate à devastação ambiental.

Entretanto, em contraste com essa expressiva relevância, observa-se a persistente marginalização dessas populações.

CONTEXTO URBANO_

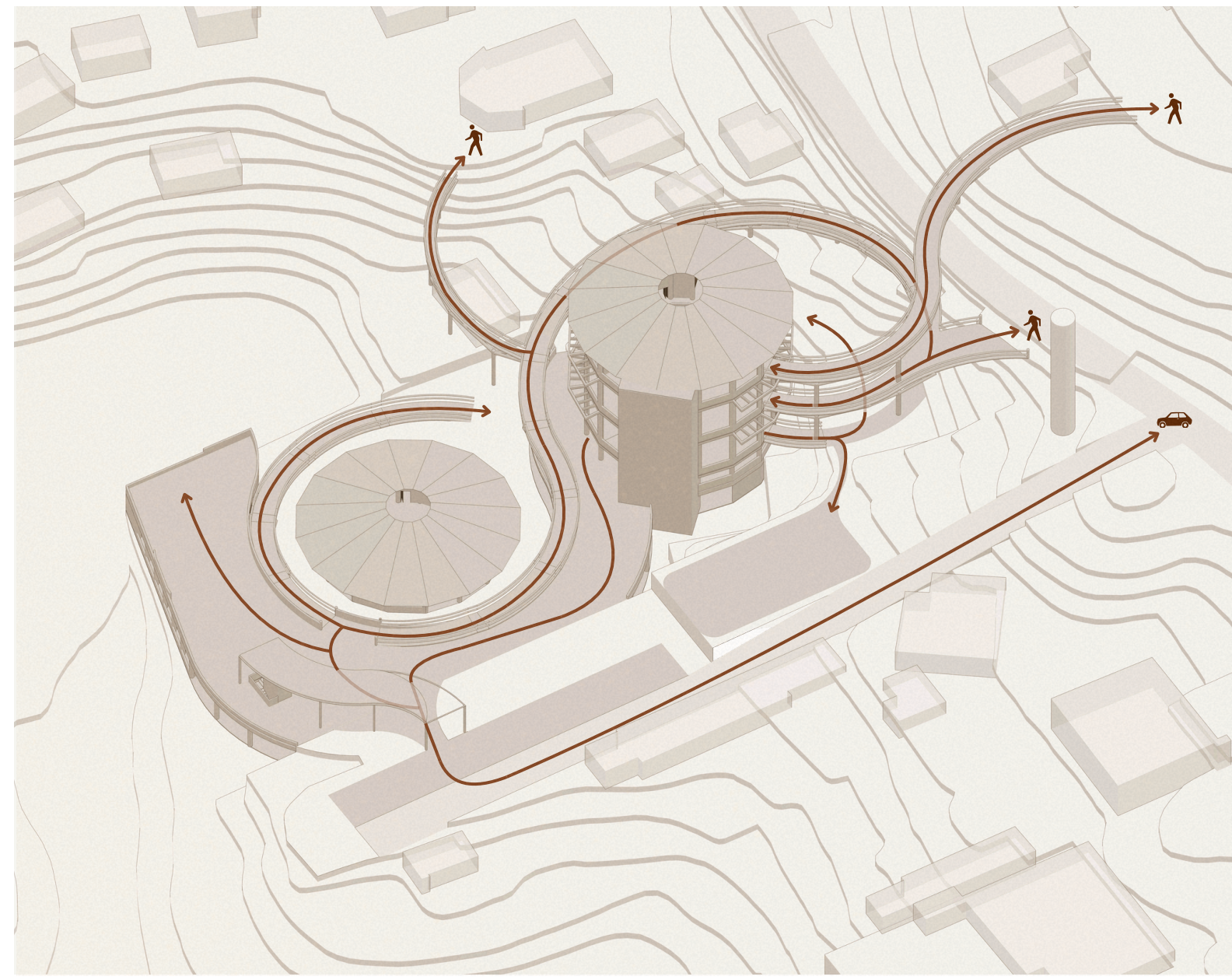
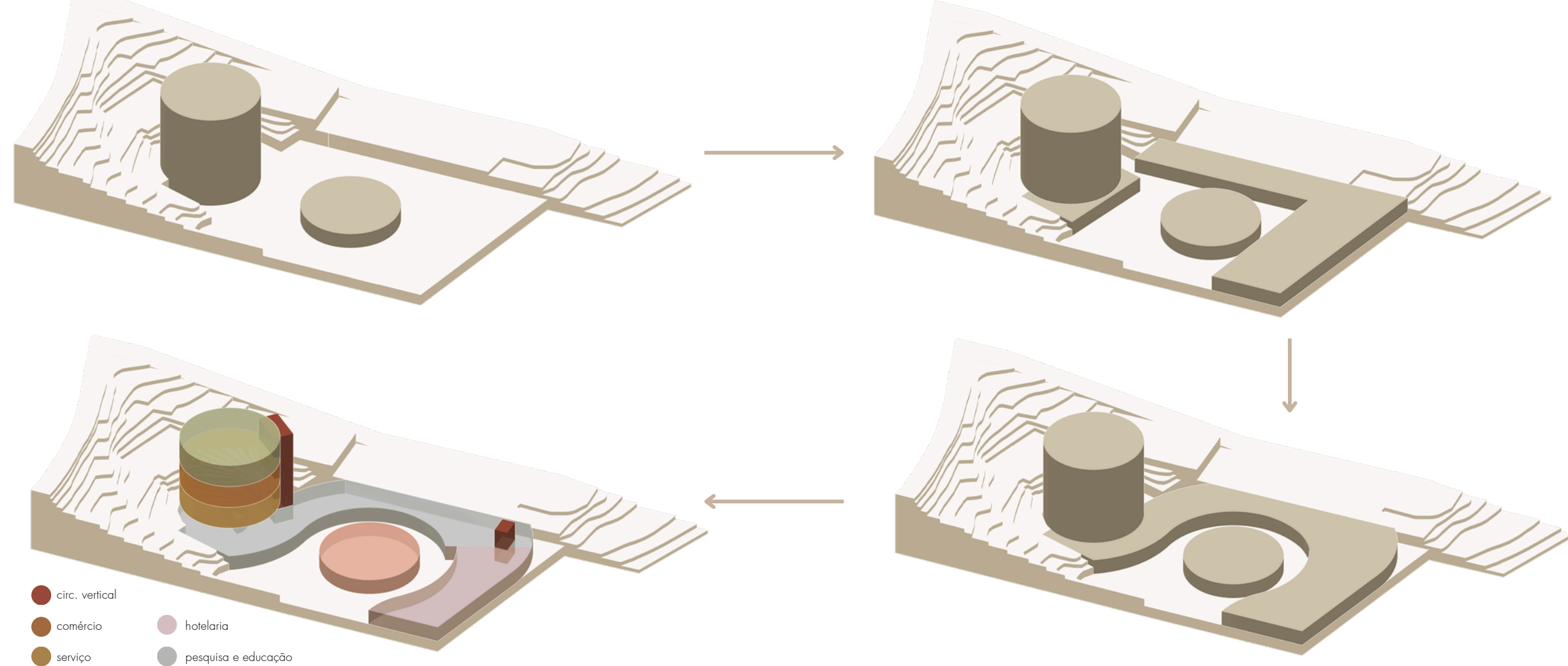


A região é classificada predominantemente como ZEPAM e ZEP, uma vez que essas zonas priorizam a preservação da Mata Atlântica e de suas características nativas. Entretanto, as taxas de uso e ocupação do solo (CA e TOI) previstas para a ZEPAM limitam significativamente a possibilidade de construções de maior porte destinadas a usos institucionais ou culturais, o que inviabiliza a realização deste projeto nas condições atuais. Portanto, propõe-se que os lotes selecionados sejam reclassificados como ZOE, visto que essa classificação permite maior capacidade construtiva e flexibilidade urbanística, sendo mais adequada para equipamentos públicos de interesse coletivo, tal como o programa proposto.



FORMA_

As formas circulares têm inspiração direta na cosmologia Guarani. O ponto central da cidade representa Nemandu ou Nhandere, o Príncipe Criador, a origem divina de onde emana toda a existência, simbolizando também a totalidade, união, harmonia com a natureza e a comunidade.



JUSTIFICATIVA_

+15 grupos indígenas 2.074 indígenas foram assassinados entre 2009 e 2019 foram extintos

muitos deles com população original estimada em mais de 30.000 pessoas.

Desde o início da colonização, o Estado e as elites brasileiras buscaram integrar os povos indígenas à sociedade nacional por meio de processos que, sob o disfarce da "civilização" e "catequese", resultaram na negação de suas identidades. A partir do século XIX, o Império do Brasil institucionalizou essas práticas de forma mais explícita.

Além do etnocídio cultural, houve também práticas que se aproximaram de um verdadeiro genocídio físico, isto é, o extermínio sistemático de populações indígenas. No século XX, por exemplo, durante o ciclo da borracha e a expansão da fronteira agrícola, inúmeros povos foram dizimados em nome do "progresso econômico". Documentos oficiais, como o Relatório Figueiredo (1967), produzido durante o ditadura militar, revelaram crimes brutais cometidos por agentes do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), incluindo assassinatos, torturas, escravidão e distribuição de alimentos contaminados.

O etnocídio não é apenas um evento do passado, mas uma estrutura persistente nas relações do Estado brasileiro com os povos indígenas.



A afirmação de identidade tem se mostrado um instrumento de resistência e transformação social. Em diversas regiões do país, inclusive em contextos urbanos, como no território indígena do Jaraguá (SP), comunidades têm se reorganizado, reconstruído suas cedeias e redifimido sua origem guarani, terena, paloxó, tupinambá, entre outras. Esses processos de reconhecimento próprio desafiam o racismo estrutural e a ideia de que o desenvolvimento nacional exige a homogeneização cultural. Sem território, a identidade corre o risco de se fragmentar; sem identidade, o território perde seu sentido ancestral. A terra é o espaço da memória, da espiritualidade, da reprodução cultural e da autonomia política; é, portanto, o elemento central da autodeterminação dos povos originários.

IMPLANTAÇÃO_

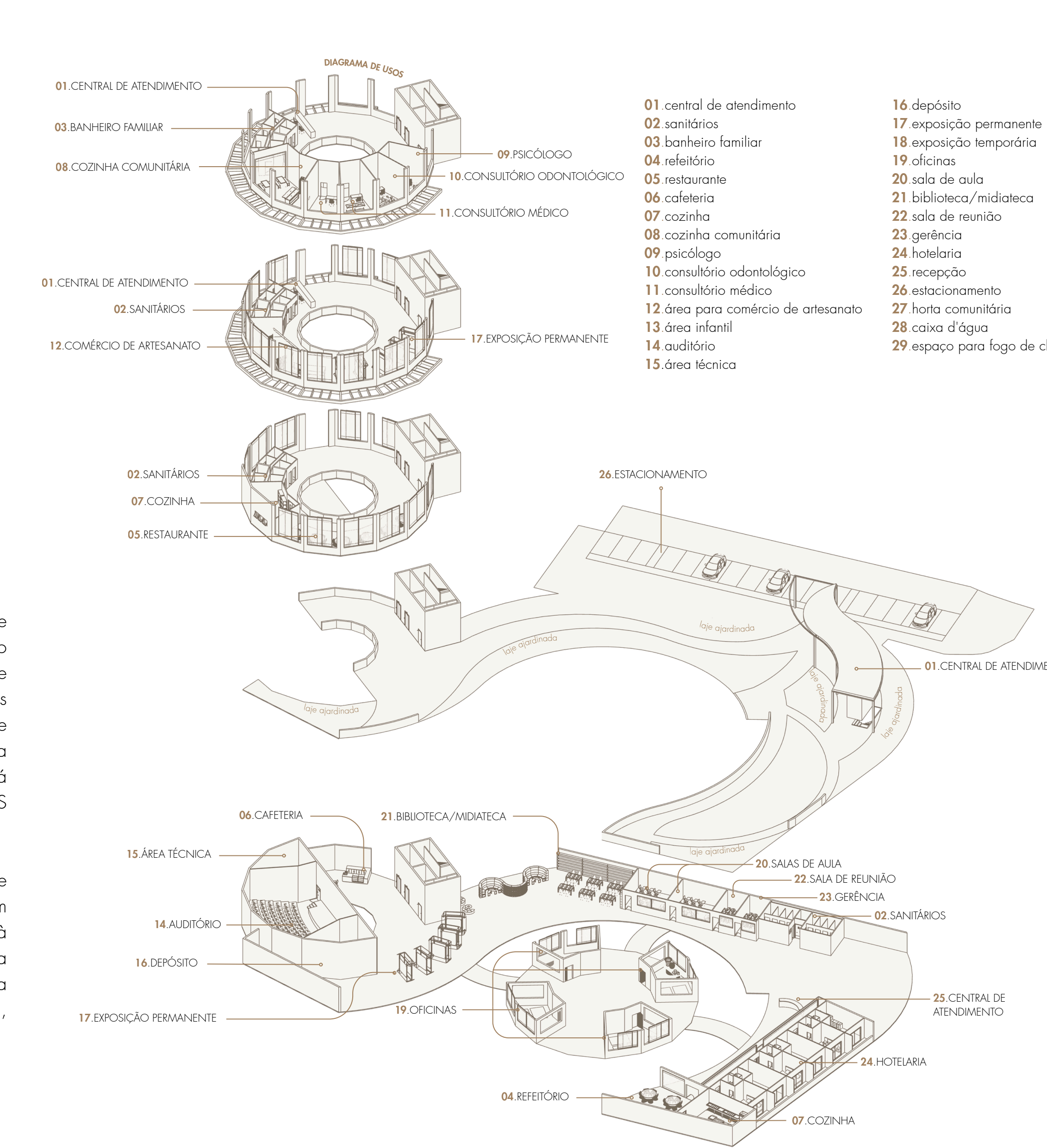


1. Tekoá Pyaú, 2. CECI Jaraguá, 3. UBS indígena, 4. EEI Djekupe Amba Arandy, 5. Tekoá Itaverava, 6. Colégio Perinelli

ESPAÇOS E USOS_

Em primeiro lugar, o espaço atenderá à própria comunidade indígena local, oferecendo um ambiente de valorização, expressão e fortalecimento de suas tradições. Ao mesmo tempo, um dos principais objetivos do projeto é atrair a população em geral e aproximar as culturas originárias, despertando interesse, respeito e reconhecimento por sua importância histórica e impacto contemporâneo.

As plantas do projeto foram cuidadosamente desenvolvidas em diálogo com as curvas de nível do terreno, respeitando sua topografia natural e utilizando platôs preexistentes no terreno, promovendo uma implantação fluida e integrada à paisagem. Cada pavimento acomoda-se em uma cota específica e agrupa usos distintos, organizando o programa de forma dinâmica, funcional e coesa.



PLANTAS_



CORTES_

